

O Debate Sobre A Construção Das Políticas Emancipacionistas No Piauí (1872 - 1885): O Caso Do Estabelecimento Agrícola São Pedro De Alcântara

The Debate On The Construction Of Emancipationist Policies In Piauí (1872 - 1885): The case of the São Pedro de Alcântara Agricultural Establishment
EL DEBATE SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DE LAS POLÍTICAS EMANCIPADORAS EN PIAUÍ (1872 - 1885): El caso del Establecimiento Agrícola São Pedro de Alcântara

Chrigor Augusto Liberio¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo entender o processo abolicionista piauiense tendo em foco as políticas emancipacionistas construídas na região. Analisando principalmente os jornais, os relatórios dos presidentes da província e as leis instituídas para o Estabelecimento Agrícola São Pedro de Alcântara. A presente pesquisa buscou se atentar as dinâmicas propostas pela elite e pelo Estado em disciplinarizar a população negra, instituindo leis emancipacionistas que acabassem com a escravidão de forma lenta e gradual. Sendo assim, o trabalho buscou entender como tais políticas no Piauí constituíram sua própria transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, como também o estabelecimento de estratégias de imobilismo social para a população negra, constituindo o campo enquanto espaço único de trabalho para a população que viria a ser liberta.

Palavras-chave: Política emancipacionista, disciplinarização, imobilismo social. Piauí.

Abstract: This paper aims to understand the new processes of abolition focusing on the emancipationist policies built in the region.. Analyzing mainly the newspapers, the reports of the presidents of the province and the laws instituted for the São Pedro de Alcântara Agricultural Establishment. This research sought to pay attention to the dynamics proposed by the elite and the State in disciplining the black population, instituting emancipationist laws that end slavery slowly and gradually. Thus, the work sought to understand how such policies in Piauí constituted their own transition from slave labor to wage labor, as well as the establishment of social constituting the field as a single space of work for the population that would be freed.

Keywords: Emancipationist policies, work-discipline, social immobility. Piauí.

¹ Mestrando em História na Universidade Federal de Juiz de Fora e graduado pela Universidade Estadual do Piauí. e-mail: liberio.chrigor@estudante.ufjf.br

Resumen: El presente trabajo busca entender los nuevos procesos de abolición centrándose en las políticas emancipatorias construidas en la región. Analizando principalmente los periódicos, los informes de los presidentes de la provincia y las leyes instituidas para el Establecimiento Agrícola San Pedro de Alcántara. La presente investigación buscó atender las dinámicas propuestas por la élite y por el Estado en disciplinar a la población negra, instituyendo leyes emancipadoras que acabaran con la esclavitud de forma lenta y gradual. Siendo así, el trabajo buscó entender cómo tales políticas en Piauí constituyeron su propia transición del trabajo esclavo para el trabajo asalariado, como también el establecimiento de estrategias de inmovilismo social para la población negra, constituyendo el campo como espacio único de trabajo para la población que vendría a ser liberada.

Palabras clave: Políticas Emancipadoras, disciplinarización, inmovilismo social. Piauí.

Apresentação

O presente trabalho se propõe a entender a transição da mão de obra escrava para a assalariada no Piauí, tendo em vistas as políticas emancipacionistas que eram discutidas e construídas na região. A fim de entender tal movimentação do Estado, objetivamos aqui compreender como o Estado olhava para o segmento negro da sociedade e assim construía suas perspectivas de abolição para a mesma, centralizando as políticas e os discursos apontados nos jornais, feitos pela classe dominante em torno da pauta abolicionista, a presente pesquisa tem como objeto o estabelecimento agrícola São Pedro de Alcântara, enquanto locus de análise das políticas emancipacionistas no estado do Piauí.

Para a classe dominante dona de escravos, a abolição da escravatura pública era pauta primeira quando olhávamos para a situação do império, ambigualmente, era também uma demanda que engatinhava ao direcionar tal política a escravidão privada. Rocha explicita que “O debate político e a manifestação explícita do governo sobre a existência de escravos públicos como uma contradição a sua postura liberal”² só entrarão em pauta nos anos 60, quando internacionalmente sua postura diante de sua nação começa a ser questionada, mas que internamente o questionamento da escravidão não se estende para o campo privado, em suma, negligenciando o debate amplo da escravidão no Brasil.

A discussão em torno da abolição no Brasil acontecia de forma pormenorizada também nos estados, e aqui como foco temos o Piauí e suas discussões para com a abolição,

² ROCHA, Ilana Peliciari. "Escravos da Nação": o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 192. doi:10.11606/T.8.2012.tde-31082012-100444. Acesso em: 2021-09-06.

com as demandas específicas que lhe cabiam. Para além de adentrar nas demandas da nação³, o Piauí construía sua própria noção de transição do mercado de trabalho escravo para o assalariado, reiterando as demandas da classe dominante do estado para com a população negra da região.

É uma interdependência/intermitência dialética e contraditória que se verifica entre esses grupos e a sociedade competitiva que procura, ao marginaliza-los socialmente, desorganizando ou branqueando esses grupos, tira-lhes o seu papel de resistência e transformá-los em apêndices das classes dominantes.⁴

As políticas emancipacionistas são reiteradas a partir dessa noção apontada por Clóvis Moura, de uma política de dominação perante a população negra antes escravizada mas que seria libertada.

Célia Marinho Azevedo denominou essa política de emancipacionista, que reiterava uma transição lenta e gradual da escravidão para maior controle da população negra no processo de abolição, além da classe dominante tomando cuidado com sua própria propriedade no processo⁵, Azevedo adiciona em tal perspectiva o medo do haitianismo da classe dominante, em controlar o máximo possível do fim da escravidão para que a revolução haitiana não acontecesse no país. Mais do que um fim lento e gradual da escravidão, as perspectivas emancipacionistas da classe dominante dialogam diretamente com as ciências raciais - a rigor - com as perspectivas de inferioridade da população negra, e assim com os moldes que a nação deveria tomar, e isso coligava com a estruturação do trabalho para a população negra que deveria ser controlada, e no caso do Piauí, a necessidade de sua disciplinarização⁶ para o mercado de trabalho que a classe dominante queria. O emancipacionismo caracterizou-se como uma perspectiva de superação da escravidão que, com a ajuda da ciência e do branco, no longo prazo promoveria a substituição de mão de obra e a reeducação e reinserção dos libertos na sociedade.

Isto posto, o foco do presente trabalho é problematizar as políticas emancipacionistas cunhadas pelo Estado piauiense, como o estabelecimento agrícola São Pedro de Alcântara, tendo em vista sua atuação juntamente com a Elite e seus projetos. Tal apontamento é

³ Ver em: NASCIMENTO, Abdias. O embranquecimento da raça: Uma estratégia de genocídio in *O Genocídio do negro brasileiro*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1978, e ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁴ MOURA, Clóvis. *O negro: De bom escravo a mau cidadão*. São Paulo. Editora Dandara. 2021, p. 316.

⁵ AZEVEDO, Célia. Maria Marinho. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 60 - 61.

⁶ Aqui utilizando a noção thompsoniana de disciplinarização, ver em: THOMPSON, E. *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial in _____*. **Costumes em comum Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

justificado tanto pela utilização do conceito de política emancipacionista, quanto pelo conceito de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado⁷, e como exploraremos mais a frente, a denominação das práticas aventadas pelo emancipacionismo de disciplinarização⁸.

Uma historiografia do sul, em diversos momentos, se propôs a analisar o fim do trabalho escravo tendo em vista o trabalho livre⁹, no presente estudo trouxemos a perspectiva de tal transição seria para o trabalho assalariado, demonstrando as dinâmicas de uma mesma proposta para os escravizados em diferentes localidades e visões, balizado a partir de Araújo¹⁰ que explicita que os planos de transição no Piauí não seguem as dinâmicas propostas pelo trabalho livre, mas se estrutura a partir de uma estratégia de imobilismo social e disciplinarização do segmento negro, como veremos mais à frente. Como supracitado, com as políticas imigrantistas e de abolição, as diferenciações regionais nos levam a problematizar como tais demandas emancipacionistas eram construídas tanto no âmbito nacional como no Piauí, destacando melhor as assimetrias da história.

Os jornais serão nossa principal fonte de pesquisa, objetivando entender quem os construiu e os discursos aventados por ele no período do recorte, como exemplo temos os jornais *A Imprensa*, *A Epoca: Órgão Conservador*, *A Opinião Conservadora* entre outros, que se propuseram a discutir publicamente em torno das demandas do escravismo mas também sobre a abolição, e constantemente debatiam as tomadas de decisão tanto dos políticos piauienses como também das demandas em outras regiões. A formação política no Piauí se torna uma teia emaranhada de ligações, governos conservadores com ligações com os liberais e vice-versa. Rêgo¹¹ deixa explícito o quão complicado ainda é concretizar as divisões políticas no território por conta de seus desdobramentos.¹² As diferenciações políticas desses

⁷ ARAÚJO, Charlene Veras de. A formação do mercado de trabalho no Piauí: A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado - 1870 a 1930. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade federal do Piauí. 2016.

⁸ THOMPSON, E. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial in _____. **Costumes em comum Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267.

⁹ Ver em DA COSTA, Emília Viotti. A abolição. Unesp, 2008.; GORENDER, Jacob. Brasil em Preto & Branco. São Paulo: Senac. 2000 e KOWARICK, A economia Cafeteira do século XIX: a degradação do trabalho in Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil. Paz e Terra. 2ª ed. 1994.

¹⁰ ARAÚJO, Charlene Veras de. A formação do mercado de trabalho no Piauí: A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado - 1870 a 1930. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade federal do Piauí. 2016, p. 73.

¹¹ RÊGO, Ana Regina Barros Leal. Imprensa piauiense: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

¹² CARVALHO, (2007, p. 205), vai explicitar ainda a constituição dos partidos políticos no império, dando uma análise mais concreta sobre a constituição de ambos, no geral, explicando as diferenças, as similaridades e etc.

partidos e políticos¹³ vão dizer sobre o caráter das políticas direcionadas à questão do elemento servil, que como já explicado, se dividiram em abordagens emancipacionistas e abolicionistas.

Nesta conjuntura os impressos são validados no campo da análise do historiador. O discurso da imprensa e sua linguagem não se restringem apenas a um conjunto de vocabulários, mas antes, seriam capazes de desvelar o nível básico das relações sociais. Expressam-se, portanto, através dos jornais, as forças políticas dos grupos que compõem a sociedade (...)¹⁴.

Isto posto, é relevante a pesquisa pelo meio jornalístico, tendo em vista seu caráter plural das ideias de seu tempo. Como demonstra Calonga, a pesquisa histórica na imprensa implica diretamente em “verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um determinado contexto”¹⁵, visando sempre como a imprensa, feito por pessoas de diversas classes e perspectivas, se mostra para nós do presente, como uma das múltiplas perspectivas do contexto. A imprensa, então, é a fonte principal da pesquisa, tendo em vista sua construção pelos mais diversos setores da sociedade.

A partir das fontes apresentadas, exploramos a constituição do Estabelecimento Agrícola São Pedro de Alcântara, problematizando sua institucionalização para entender sua demanda para a população negra e sua importância para o Estado na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, além da ampliação da discussão sobre disciplinarização no território piauiense.

Emancipacionismo no Piauí no segundo reinado.

Logo após a Lei Eusébio de Queiroz, o império sancionou o decreto nº 3.725-A, de 6 de novembro de 1866, pautando assim as medidas que o império tomou para com a população escravizada. Mesmo libertando parte dos escravizados que iriam para a guerra do Paraguai, o decreto mantinha intacta a cautela que a elite tanto desejava para a abolição, tendo alforriado o escravizado, o governo lhe indenizaria pelo preço da mão de obra que foi para a guerra¹⁶, levando assim o negro agora liberto a outro campo de trabalho, o de defesa da nação. Depois

¹³ RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p. 36.

¹⁴ CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da História. *ENCONTRO CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA*, v. 1, 2012, p. 82.

¹⁵ CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da História. *ENCONTRO CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA*, v. 1, 2012, p. 82.

¹⁶MORAES, Denise. Comprando soldados: uma estratégia de recrutamento para a Guerra do Paraguai (Artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/comprando-soldados-guerra-do-paraguai/>. Publicado em: 31 Jul 2017.

de servir o exército, o decreto 3.371 ainda estabeleceu benefícios para os militares que retornavam da guerra, e um deles era um prazo de terras para o estabelecimento de colônias agrícolas.

As colônias agrícolas já eram uma realidade nos anos de 1850. Como explica Araújo¹⁷, esses estabelecimentos surgem para atender a demanda do império na povoação do ‘interior’ do país, levando assim civis e militares para os lugares que, na visão do governo, ainda não estavam habitados¹⁸, além do plano de civilização e vigia das fronteiras que o Estado estabeleceria mais à frente.

Mas ambos os modelos de colônias, militares e civis, representavam, antes de tudo, um esforço de levar “civilização” ao interior, marcar a presença do País em locais não ocupados, ou mal ocupados no entender do governo. Sobre esse último ponto ocorreu fatos curiosos, (...) no Maranhão, logo após a Guerra, houve um quilombo completamente devassado para a criação de uma colônia agrícola.¹⁹

Com isso, as fazendas nacionais²⁰ têm papel central na expansão dos espaços controlados pelo Estado, estruturando um pilar central na construção da nação Brasil que o império tanto visava. Tal projeto tem abrangência nacional com aval do governo imperial, incentivando as províncias a adotarem tais estratégias em suas regiões. Os militares, principalmente os negros alforriados, saem da guerra para tais espaços com esperança da prometida liberdade, mas encontram outro ambiente militarizado e disciplinador para seu convívio.

¹⁷ ARAÚJO, Johny Santana. O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no pós guerra do Paraguai (1865-1888). Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. p. 57-77.

¹⁸ Devemos levar em consideração que o espaço não-habitado considerado pelo império, eram espaços muitas vezes ocupados por populações indígenas e negras, que ali se estabeleciam longe dos braços do Estado. Para mais referências sobre ver em: AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos. v. 8. n. 15. Rio de Janeiro. 1995.

¹⁹ ARAÚJO, Johny Santana. O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no pós guerra do Paraguai (1865-1888). Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013, p. 2.

²⁰ Importante ressaltar que as fazendas nacionais eram as fazendas dos jesuítas, que com o período pombalino, foram expulsos do território tendo suas fazendas transferidas para a coroa. Ver em DE NEGREIROS OLIVEIRA & DE ASSIS, 2009; LIMA, 2016.

De certa forma, a grande preocupação do Exército era a integração dos ex-militares a uma nova vida, mas que não perdessem os ensinamentos outrora apreendidos e praticados. O governo imperial somente poderia saber como se comportaria um antigo recruta se concedesse a ele o direito de viver em uma colônia, por outro lado é pouco provável que um ex-combatente que se tornasse agricultor de qualquer colônia, retornaria a vida militar²¹

Dessarte, as colônias agrícolas – civis ou militares – serviram de construção de um modelo de sociedade e trabalho no Império que visava estender seus braços por todo território que conhecemos como Brasil.

As colônias agrícolas, no Piauí, tomaram um rumo um pouco diferente. A adoção da política de fazendas nacionais é instituída visando o melhoramento da política agrícola da região, como também para disciplinarizar o negro escravizado nacional em processo de emancipação. Com o fracasso das fazendas de São Diogo, em Bom Jesus, e a de Parnaguá²², o Estado decide investir em uma fazenda que se direcionasse ao melhoramento agrícola da região.

Podemos ver tal proposta em uma das primeiras publicações sobre a construção do Estabelecimento Rural²³ no Piauí, com o jornal *A Imprensa*, órgão liberal e divulgador dos atos do governo²⁴, reiterando a importância de tal ato no Piauí e seu peso na economia com o contrato com Francisco Parente. O periódico, fazendo um resumo da trajetória de Francisco Parente, demonstra o peso de tal figura se dispor a comandar a fazenda da região, tecendo elogios para o “doutor”. Francisco Parente havia estudado na escola agrícola de Grand Jout na Bretanha e, por isso, é apresentado como a figura apta a tal trabalho por seu contato com a ciência francesa na agricultura²⁵. O texto apresenta iniciativas científicas muito bem referenciadas pelo jornal, é explícito as posições que os liberais d’*A Imprensa* tem sobre o que deve ser proposto enquanto referência para o avanço tecnológico para a região. As referências

²¹ ARAÚJO, Johny Santana. O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no pós guerra do Paraguai (1865-1888). Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013, p. 3.

²² Ver em ARAÚJO, Johny Santana. O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no pós guerra do Paraguai (1865-1888). Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. p. 9.

²³ Durante o texto, utilizaremos ‘Estabelecimento Rural’ para nos referirmos à Fazenda São Pedro de Alcântara, padronizando com a nomenclatura que é reiterada no decreto 5.392 de 10 de setembro de 1873, mas ressaltando que o local é denominado de diferentes formas nas fontes e na literatura consultada.

²⁴ Além de fazer Publicações Semanais; publicações de interesses particulares; É Dividido em 5 categorias principais: Parte Oficial, *A Imprensa*, *A Pedido*, *Noticiário* e *Annuncios*. Na maior parte das vezes se posiciona em favor da condição econômica do senhor, sobre seus escravizados, uma visão emancipacionista. Tem como figura mais famosa, David Caldas. Como nos mostra RÊGO (2001) (...) *A imprensa*, como periodico liberal, debate as questões públicas abertamente com os jornais opositores, destinando mais da metade de sua mancha gráfica para este fim, incluindo também no referido espaço, os artigos de aceitação ao governo liberal, quando o partido está no poder. (p. 81)

²⁵ *A IMPRENSA*. Seção: Publicações Geraes - Agricultura, ed. 321, 1871, p. 1.

europeias de ciência são assim centrais no discurso liberal que visa o progresso tanto de sua região, como da nação, tal discurso, além de apresentar Francisco Parente, também justifica sua atuação na província.

Se hontem reconheciamos a necessidade palpitante de um estabelecimento agrícola, onde praticamente fossem demonstradas as vantagens resultantes das experiencias esclarecidas pelas luzes do progresso, hoje com maioria de razão, quando procuramos e esperamos resolver o grande problema da emancipação do elemento servil.

Se o sol da liberdade espancar a negrura da escravidão, deveremos nos achar em condições de fazer refletir em nossos campos os seus beneficios raios sobre o germen do progresso agrícola, que sem duvida crescerá na vanguarda do progresso moral, a luz do século.²⁶

O progresso²⁷, aqui, seria fruto da política emancipacionista visada pelo Estado que construía suas políticas olhando para o modelo europeu. Azevedo²⁸ demonstrou em sua obra como a ala emancipacionista do Estado e da sociedade lidavam com o olhar científico para a construção das leis, a reforma lenta e gradual do sistema escravista tinha como horizonte a política do branqueamento, e assim, a europeização da nação desejada, o Brasil branco. Tal processo se iniciaria com a reestruturação da mão de obra. No centro-sul, como nos mostra Azevedo, tal política de reestruturação do trabalho acontecerá por meio do imigrantismo, com o Estado investindo na imigração de mão de obra europeia para o Brasil. A política de transição de mão de obra escravizada para a assalariada é também uma política de branqueamento, que visa principalmente atingir o status de civilização da nação, que deveria ser branca e europeizada.

Tal política de transição de mão de obra escravizada para assalariada é justificada pelo caráter das políticas debatidas pelo governo. Mesmo que diversos intelectuais demonstram essa transição ao trabalho livre²⁹, a transição no Piauí visou muito mais imobilizar no campo os antigos escravizados, reiterando assalariamento ou novas formas de inserir no trabalho civilizado.

A política emancipacionista cunhada é o Estabelecimento Rural, onde o Estado iria ‘libertar’ seus escravizados e disciplinar os mesmos para o trabalho assalariado. Antônio Coelho Rodrigues foi um abolicionista que discursou contra a imigração europeia para o

²⁶ A IMPRENSA. Publicações Geraes - Agricultura, ed. 321, Teresina, 1871, p. 2.

²⁷ O progresso aqui descrito é a noção de um avanço à europeização do Brasil. O progresso é o horizonte das perspectivas abolicionistas e das políticas de embranqueamento do Brasil. Ver em NASCIMENTO, 1978. p. 69.

²⁸ AZEVEDO, Célia. Maria Marinho. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

²⁹ KOWARICK, A economia Cafeeira do século XIX: a degradação do trabalho in Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil. Paz e Terra. 2ª ed. 1994.

Brasil, em seu discurso no Congresso Agrícola de 1879³⁰, reiterando sua perspectiva de emancipacionismo para com as políticas governamentais.

Seguindo ainda o discurso do jornal *A Imprensa*, o veículo demonstra apoio à política de disciplinarização, demonstrando sua importância para moralizar a nação que se construía, evitando, assim, a marginalização e os caprichos da fortuna pela população negra que seria libertada.

(...) ou então a nefanda centralização os chamará para as colônias do sul, privando-nos de aproveitar centenas de braços libertados, em pura perda de nossos interesses locais. (...) serão de vencida essa tendência perniciosa, que tem por congênere a preguiça, e que sobre as ruínas fará desenvolver o amor ao trabalho, fonte de toda riqueza, asphyxiando ao mesmo tempo os preconceitos da velha rotina, originados da negatividade de todos os conhecimentos e progresso da humanidade.³¹

A disciplinarização que o Estabelecimento Rural traria para a província constituiria melhor aproveitamento dos negros da região, evitando, por exemplo, que o Piauí arquitetasse uma estratégia imigrantista. Com essa fala nos são dados dois pontos centrais para entender como o Piauí lidava com a população negra. O primeiro, demonstra a sua necessidade para com aquela mão de obra, o negro escravizado era a principal meio de sustentação para a economia da província³², sendo ele pilar estruturante da economia piauiense; O segundo, a escravidão foi, por muito tempo no Piauí, a própria economia, a província se estruturou majoritariamente na pecuária³³, mas também, começou a explorar o mercado de exportação interna de escravizados, fazendo com que as fazendas nacionais do Piauí fossem as fazendas de reprodução dos mesmos para a maior parte das fazendas do sul do Brasil.

A instituição escravista [...] incentivou uniões e procriações. E o fez, exclusivamente, como forma de diversificar e ampliar as possibilidades de exploração de mão-de-obra escravizada. As fazendas do Piauí, além de se auto sustentarem com mão-de-obra, abasteceram com trabalhadores outras propriedades rurais do Império, foram fazendas de reprodução.³⁴

³⁰ “Tendo muito medo da iniciativa oficial, sobretudo em matérias econômicas; mas essas condições tolerar-a-hia de bom grado para promover as vias de comunicação e os meios de transporte, aos quaes eu quizera ver applicadas todas quantas sommas enormes tem o governo consumido com a importação de colonos estrangeiros, que custão uns pelos outros o preço dos escravos trazidos outr’ora da Costa d’Africa, e compõe-se na maior parte da peor gente, de gente que os paizes donde vem deveriam pagar nos por verem-se livres della.” *A EPOCA: ORGÃO CONSERVADOR*. Transcrição: Discurso proferido pelo Sr. Dr. Antonio Coelho Rodrigues, lente da faculdade de direito de Recife, no congresso agrícola reunido na mesma cidade em outubro desse anno. ed. 41. Teresina. 1879. p. 2;

³¹ *A IMPRENSA*. Publicações Geraes - Agricultura, ed. 321, Teresina, 1871, p. 2.

³² LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871). Passo fundo: ufp. Rio Grande do Sul. 2005, p. 67 - 72.

³³ *IBIDEM*, 2005.

³⁴ LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871). Passo fundo: ufp. Rio Grande do Sul. 2005, p. 52 - 52.

O Piauí, na metade do século XIX, tornou-se exportador de mão de obra escravizada, elevando parte da sua economia. A necessidade do segmento negro em sua província era muito mais do que somente a mão de obra, mas figura estruturante de sua economia. Com o Estabelecimento Rural, a elite da província planejava uma nova era rumo ao progresso, libertando a mão de obra escravizada pela nação, mas mantendo-a imobilizada em suas lavouras, a libertação aqui é gradual e lenta, com o mais precioso controle administrativo que o Estado precisava para aquele momento. Como veremos mais à frente, essa é uma política para os negros escravizados nacionais, que estão sob jurisdição do Estado piauiense, que estão majoritariamente nas fazendas nacionais do sul da província. Como demonstra o discurso do Exc. Sr. Presidente da Província Dr. Lamenha Lins no jornal *A Opinião Conservadora*³⁵:

O Piauí vai entrar em uma nova era de progresso. As novas fazendas nacionais que tão poucos interesses tem dado, aos escravos nacionais, libertos pela lei de 1871, esses nossos campos ainda virgens tão adaptados a lavoura. [...] Vão ser os elementos produtores, que trarão a nossa provincia riqueza desconhecida que o solo esconde em seus humidos seios.³⁶

O presidente da província já demonstrava suas perspectivas com a construção do estabelecimento, e assim os planos que detinha para a população negra antes escravizada, mas agora em processo de libertação.

Outro ponto importante que ressaltamos diz respeito ao processo decrescente da economia que o Piauí passava. Por ter sua economia baseada majoritariamente na pecuária e na agricultura, a região tinha como carro chefe da sua economia a produção algodoeira e os produtos derivados do gado, que, no entanto, tinha a maior parte da sua produção, como demonstra Lima³⁷, voltada para consumo familiar. O Piauí ainda era uma província pouco proeminente na produção de gado, sobrevivendo da exportação do algodão e do comércio intraprovincial de escravizados.³⁸ O debate que surge em torno do estabelecimento agrícola, vem também para tentar consertar o déficit econômico da província, que ainda se sustentava com a configuração econômica da colônia. O Estabelecimento Rural irá se voltar ao desenvolvimento zootécnico para também atender a demanda de renovação do gado da região,

³⁵ O jornal *A Opinião Conservadora*, como já demonstra o nome, é da ala conservadora do governo. Em suas publicações, como nos mostra RÊGO (2001, p. 82), é um partido preocupado com a instrução pública, e assim retirava parte dos discursos sobre disciplinarização e progresso.

³⁶ *A OPINIÃO CONSERVADORA*. Noticiários: Colonia Agricola. ed. 28. Teresina. 1874. p. 4;

³⁷ LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871). Passo fundo: ufpa. Rio Grande do Sul. 2005, p. 24.

³⁸ CAETANO, R.. UMA ECONOMIA EM OUTONO: TRABALHADORES ESCRAVOS LIGADOS AO LABOR. Almanack, n. 24, 2020.

levando a produção do gado ao progresso que o Estado desejava³⁹. A demanda para manufatura do gado, vai levar a fazenda agrícola a estabelecer fábricas de leite e queijo para aumentar a produtividade pecuária do Piauí.

O Estabelecimento Rural: Um local para a disciplinarização e emancipação

Em 10 de Setembro de 1874, nós temos então o decreto de fundação do Estabelecimento Rural do Piauí. O decreto é a celebração do contrato com Francisco Parente, que iria dirigir a fazenda dali em diante. No ano de 1874, se estabelece então o vínculo do estabelecimento com o Ministério de Agricultura, Comercio e Obras Públicas do Império, que decretou que Francisco Parente, às margens do Rio Parnaíba, fundaria o estabelecimento de agricultura prática. Com o decreto, ainda se tem uma série de ordens que o mesmo deveria seguir, para alcançar o objetivo do Estabelecimento Rural como política emancipacionista:

I Fundará, á margem do rio Parnahyba, na Provincia de Piauhy, um estabelecimento de agricultura pratica, empregando como trabalhadores os libertos da nação, existentes nas fazendas do Estado, que forem aptos para e trabalho e não estiverem empregados por conta do Governo; podendo tambem contractar na Provincia ou fóra della trabalhadores que não sejam libertos da nação, se o numero destes fôr insuciente ou não forem aptos para o serviço.

II Educará physica, moral e religiosamente os libertos das ditas fazendas, que forem menores, e os filhos das libertas nascidos depois da promulgação da Lei de 28 de Setembro de 1871, não podendo, porém, os menores ser separados da companhia de suas mãis, nem entrar para o estabelecimento a que se refere a condição 1a, antes de completarem cinco annos de idade, salvo os orphãos de pai e mãe. Proverá, outrosim, á educação moral e religiosa dos adultos.⁴⁰

Fica em contrato, nos primeiros artigos do decreto, que o Estabelecimento Rural deveria empregar os libertos da nação, que parte foram libertos pelo decreto de 1866⁴¹, e outra parte liberta pela Lei do Ventre Livre. Contudo, tal libertação deveria ser gradual, seguindo os planos emancipacionistas da província, o estabelecimento ao acolher a população negra liberta, deveria educar física, moral e religiosamente essa população, além de empregar os maiores de idade nos novos moldes do trabalho civilizado.

Como já demonstrado, a política emancipacionista é uma política de libertação gradual para os negros escravizados. Para a elite, foi o instrumento desenvolvido para modelar a nação aos moldes científicos do período, civilizando e branqueando a população do seu

³⁹ Com a seca na metade da década de 70 no Piauí, vamos ver os discursos dos políticos caminhando para a transformação do Estabelecimento rural em majoritariamente zootécnico, visando a economia do gado. Ver em

⁴⁰ BRASIL. Decreto Imperial nº 5.392 de 10 de setembro de 1873. Coleção de Leis Brasileiras Actos do Poder Executivo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1873;

⁴¹ DECRETO Nº 3.725-A, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1866. Concede liberdade gratuita aos escravos da nação designados para o serviço do exército.

território. No Piauí, com o Estabelecimento Rural, o Estado e a elite decidiram seguir a proposta de Vellozo de Oliveira, que propôs que o país aproveitasse os potenciais de negros alforriados, entre outros, para o trabalho⁴². Em contraste ao plano imigrantista de São Paulo⁴³, o Piauí decide investir na manutenção da mão de obra já existente, disciplinarizando os negros nacionais, agora em processo de libertação.

O decreto ainda demanda que o estabelecimento preste os necessários socorros e alimentos para a população, assim como também vestuário e habitação. Demonstrando a necessidade de disciplinarizar aquela população, que na visão da elite era incivilizada e não própria ao trabalho livre, que necessitava ser inserida no novo padrão civilizatório da nação, além de introjetar os valores da mesma, o que fica evidente pelo papel de educação moral e religiosa atribuída ao Estabelecimento.

O Estabelecimento Rural é fundado na região de cinco fazendas nacionais - Guaribas, Serrinhas, Matos, Algodões, e Olho d'Agua -, onde a província mantém sua produção de algodão e a maior parte de seus escravizados. Com a supressão das fazendas nacionais para a criação de tal Estabelecimento, ele se propõe a continuar com o trabalho ali estabelecido, com os negros que ali viviam e agora estavam libertos juridicamente. Pontuamos tal fato para apontar a dimensão da política emancipacionista, que conseguiu imobilizar a população negra nas fazendas e nos campos que as mesmas já atuavam, impondo a sua política de controle à população que não se encontrava mais sob seu cativeiro. A população negra é caracterizada pelo Estado enquanto mão de obra apática e sem movimento, que precisava do direcionamento civilizacional para conceber uma nova perspectiva de vida e trabalho.

Ao final todos ficariam livres, porém sujeitos aos proprietários como “colonos”, devido à sua incapacidade de se dirigir por si mesmos. Somente assim seria possível iniciar o processo de formação do proletariado “honrado” no país e alcançar no futuro a plenitude de uma civilização superior. E nesta escalada rumo ao estágio final da liberdade, o negro nunca escaparia ao poder do branco (...).⁴⁴

O segmento negro da sociedade, para a branquitude, é estático, é massa para seus planos e projetos de sociedade. O plano principal era concretizar uma liberdade nominal e construir a nação brasileira embranquecida desejada. A política emancipacionista é a renovação da política para inglês ver, onde a jurisdição branca reconstrói as nomenclaturas

⁴² AZEVEDO, Célia. Maria Marinho. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 39

⁴³ Ver em AZEVEDO, 1999.

⁴⁴ AZEVEDO, Célia. Maria Marinho. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 47.

sociais para a concretização dos planos políticos dos senhores de engenho e donos de terra. O antigo escravo, agora é o liberto da nação, que continua nas mesmas condições de trabalho, nos mesmos espaços, nas mesmas fazendas e na mesma configuração social, mas agora enquanto liberto juridicamente, adiciona o status de civilidade para sua província em pleno “progresso”.

Além da política de controle, o Estado piauiense determina ainda sua estratégia de imobilismo social no mercado de trabalho. Designando apatia à população negra sobre sua própria autonomia e liberdade, o mesmo constrói o estabelecimento agrícola direcionando o estudo prático para a população negra ao trabalho agrícola:

IV Estabelecerá lavouras de algodão, de canna de açúcar, de cereais e quaisquer outras que forem próprias do clima e do solo; fábricas de queijos e de sabão, charqueadas e cortume em que se empreguem os processos mais aperfeiçoados e compatíveis com os recursos do estabelecimento.

V Construirá prédio de residência, casa de oração, enfermaria, aula, cemitério, edícios com proporções para as fábricas e cortume, para depósitos, para engenho de açúcar e suas dependências, para prensa e descaroço do algodão e para quartel das praças encarregadas da polícia do estabelecimento e fazendas de gado, devendo também preparar um campo para estudos agrônomicos.

VI Construirá currais, cercados e estabulos apropriados para o melhoramento e aperfeiçoamento das raças de gado; formará açudes e prados artificiais e fará aplicação do sistema de cruzamento ou do de seleção, segundo a espécie de gado e os resultados de um ou de outro sistema.⁴⁵

O decreto estabelece a construção dos espaços para a educação moral supracitada, mas também espaços que designariam a população negra à instrução institucional para a pecuária, silvicultura e agropecuária. Com tal proposta, o Estado piauiense estabelece seu projeto de imobilizar a população negra no mercado de trabalho, instruindo a mesma para um trabalho já executado, mas mobilizando o caráter técnico e modernizante que o Estabelecimento Rural traria para o estado, justificando assim, a atuação de Francisco Parente, mas também o investimento massivo na disciplinarização da mão de obra negra, agora livre. O imobilismo supracitado, é o movimento ressaltado por Moura⁴⁶ que percebe, no fim do século XX, o quanto a população negra paulista estava engessada nos mesmos espaços de trabalho - nas lavouras, nos trabalhos domésticos e subempregos -, em comparação principalmente com o

⁴⁵ BRASIL. Decreto Imperial nº 5.392 de 10 de setembro de 1873. Coleção de Leis Brasileiras Actos do Poder Executivo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1873;

⁴⁶ MOURA, Clóvis. Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho. NEGRO, São Paulo. v. 2. n. 2. jun./1988, p. 45.

imigrante branco e asiático que havia chegado no Brasil no começo do século e ocupado os espaços que anteriormente eram ocupados pelos negros escravizados.

Não precisamos argumentar mais analiticamente para constarmos que os negros e os não-brancos em geral (excluindo-se os amarelos) são aqueles que possuem empregos e posições menos significativas social e economicamente. Por outro lado, repete-se em 1980, o mesmo fato que Florestan Fernandes registra ao analisar uma estatística de 1893: o negro é o segmento mais inferiorizado da população. (...) Isso demonstra como os mecanismos de imobilismo social funcionaram eficientemente no Brasil, através de uma estratégia centenária, para impedir que o negro ascendesse significativamente na estrutura ocupacional e em outros indicadores de mobilidades social.⁴⁷

Com isso, conseguimos perceber o Estado se construindo no estabelecimento de espaços próprios para o segmento negro da região. Direcionando tal população para o trabalho rural, o governo estabelece os espaços para que aquela população se expanda, e, assim, imobiliza a mesma no espaço que a elite deseja que ocorra tal desenvolvimento. A proposta de disciplinarizar a população é também um plano de direcionamento na transição da mão de obra escravizada para a assalariada, mantendo em ordem tal processo.

O inciso V, por sua vez, é a demonstração do controle que deveria ser estabelecido pela fazenda para com os libertos da nação. O prédio de residência e o cemitério são as estruturas que vão imobilizar aquela população na fazenda, o espaço controlado pelo Estado. A escola e o campo para estudo agrônomo, vão ser os edifícios para moralizar e instruir a população negra nos moldes desejados pelo Estado.

Os os incisos IV e VI do decreto vêm ao encontro do debate em torno da produção zootécnica e pecuária da fazenda, visando maior aproveitamento da produção de gado e sua manufatura. A fábrica de queijo, charqueada e curtume são produções propostas para a fazenda elevar a economia da província para maior diversidade produtiva. O avanço nessas propostas está intimamente ligado à perda econômica que a elite está prevendo com a liberdade dos escravizados, os mesmos não podendo mais serem vendidos no comércio intraprovincial não seriam mais fundantes da economia exportadora piauiense. No ano de 1884, depois da seca que devastou o gado e a produção agrária da região, Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho propõe que o estabelecimento fosse exclusivamente zootécnico, para a economia piauiense voltar a crescer na produção pecuária, utilizando a população negra que ali estava a serviço da nação⁴⁸.

⁴⁷ IBIDEM, 1988, 46.

⁴⁸ A IMPRENSA. Publicação a Pedido: A exportação dos gados de criar e o meio de impedi-lo. nº 813. 1884. p. 2.

Um dos pontos importantes a ser analisado é o edifício para os praças encarregados pela polícia no local. A política de controle estabelecida para os libertos vai além da disciplinarização para o trabalho civilizado, mas abrange também a disciplinarização⁴⁹ nos modos de vida em sociedade.

A disciplinarização para com a população negra, seguindo as noções de E. P. Thompson, vem para cercear as práticas de trabalho que a mesma construía enquanto escrava na região, mas que por conta das políticas de branqueamento e civilidade que a classe dominante desejava, precisavam adentrar na nova dinâmica capitalista que crescia agora no sul global. Thompson percebe tal movimentação no começo do século XVIII na Inglaterra, mas podemos ver essa nova perspectiva de trabalho e economia sendo constituída no momento de abolição da escravatura no Brasil.

Como nas fontes analisadas por Thompson, aqui temos o exemplo com a disciplinarização no trabalho passa acontecer a partir das normativas de horário de trabalho, com descontos na folha de pagamento⁵⁰. Nas políticas de controle e libertação gradual e lenta do Piauí não seria diferente, o regulamento nº 77 de 1871 já regulava as relações de trabalho com os libertos da nação nas fazendas, estabelecendo que:

Pelas faltas que cometerem no cumprimento de seus deveres ficam sujeitos às seguintes penalidades:

Por falta de serviço de oito até quinze dias, sem causa justificada, reclusão de dois até quatro dias com toda alimentação ou somente com metade.

Aquele que faltar ao serviço de um até dois meses, além de se lhe descontar o salário a que tem direito, sofrerá até um mês de reclusão em quarto escuro com meia ração, e poderá, sendo do sexo masculino e tendo aptidão, ser apresentado ao presidente da província para ter praça como recruta na força de linha ou de polícia, conforme o tempo de sua ausência.

No caso de reincidência serão duplicadas as penas dos parágrafos antecedentes.

Aquele que cometer algum furto sofrerá o desconto pela terça parte em seus salários, a fim de indenizar o valor do mesmo, sendo, além disso, punido com a pena de reclusão solitária de 15 a 30 dias.

Logo que os libertos completarem a idade de oito anos, deverão os administradores obrigá-los a frequentar as escolas públicas de instrução primária, que se acharem próximas. Se, porém, estas estiverem a tal distância, que seja impossível aos líberos frequentá-las, os administradores serão obrigados a ensinar-lhes, ao menos durante duas horas por dia, os princípios elementares de instrução primária e de religião, tendo por este trabalho direito a uma gratificação, que será arbitrada pelo Ministério da Fazenda, se assim o julgar conveniente, e correndo neste caso as despesas com os objetos necessários ao ensino por conta do Estado e do procurador de Suas Altezas Conde e Condessa de Áquila.⁵¹

⁴⁹ Ver em THOMPSON, E. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial in _____. **Costumes em comum Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 289.

⁵⁰ THOMPSON, E. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial in _____. **Costumes em comum Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 290.

⁵¹ LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871). Passo fundo: ufp. Rio Grande do Sul. 2005, p. 181,

O Estado propõe uma medida para controlar a vida dos libertos, reiterando o argumento de construção da liberdade nominal, a partir das políticas emancipacionistas. Com a disciplinarização, o Estado vai aos poucos introduzindo a noção de trabalhadores civilizados que desejava, imbuindo ao segmento negro seu objetivo com a mão de obra agora assalariada. As normas de controle vão atingir não somente o âmbito do trabalho da população negra na transição, mas também o controle da sua vida social, tendo em vista a transição lenta e controlada que o Estado propusera para sua nação. O negro além de sua nova configuração enquanto mão de obra, precisava também de instrução para sua vida social, que iria ser moldada tanto com a educação moral, mas também pelas vias punitivistas do Estado. Como constatado por Lima, demonstrando que o negro que se encontrava vagando pela rua era preso.⁵²

Sendo assim, o Estado construiria o espaço que a população negra deveria ocupar em seu horizonte civilizacional. Espaços regidos principalmente pelo medo do haitianismo - e por isso as políticas de controle -, mas espaços que visavam imobilizar essa população negra enquanto mão de obra do Piauí.

Ao cabo das transformações na escravidão pública constituídas a partir do Estabelecimento Agrícola, ele se mantém em sua proposta até o século seguinte. Mesmo entre discussões pelas alas liberais e conservadoras, onde no ano de 1875 vemos os liberais - a partir d'A Imprensa - questionando a viabilidade econômica da fazenda, e Francisco Parente vindo a público através do jornal A Opinião Conservadora defender seu projeto⁵³, a fazenda se constitui aos poucos o estabelecimento pensado anteriormente, com a escola primária, algumas indústrias (queijo, charque e manteiga) e um novo espaço para os antigos escravizados da nação com oficinas de sapateiro, alfaiate, carpinteiro e etc.⁵⁴ No ano seguinte, 1876, ocorreu o falecimento de Francisco Parente, deixando a cargo do governo da província a administração do local. Os anos seguintes são de constantes questionamentos em torno da produtividade da fazenda.⁵⁵

⁵² LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871). Passo fundo: ufp. Rio Grande do Sul. 2005, p. 150.

⁵³ A OPINIÃO CONSERVADORA. Seção: A Opinião Conservadora - A colônia de S Pedro de Alcântara, ed. 50, 1875, p. 3 - 4

⁵⁴ Relatórios dos presidentes, Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, seção: Estabelecimento Agrícola S Pedro de Alcântara, 1884. p. 23.

⁵⁵ Relatórios dos presidentes, seção: Estabelecimento Agrícola S Pedro de Alcântara, 1878 - 1884.

Considerações Finais

Considerando as análises construídas, o estabelecimento agrícola São Pedro de Alcântara é importante para entendermos a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Piauí. Além da agência da política emancipacionista, observamos com o Estabelecimento Rural os caminhos construídos pelo Estado para a consolidação da transição. Mesmo com um plano nacional de civilização e modernização da nação, a pesquisa nos mostra como individualmente a província do Piauí, por exemplo, conseguiu pautar tal projeto, mesmo inserido na dinâmica que visava abrangência de todo o território, observando principalmente suas particularidades para pautar políticas emancipacionistas.

A partir do projeto moldado a partir Estabelecimento Rural, a elite pautou uma forma de conseguir disciplinarizar a mão de obra, para além de constituir os caminhos do novo proletariado, mas também conseguir via Estado, instruir a população que o mesmo acreditava que iria ficar/voltar para as suas fazendas. Quando, no decreto, é estabelecido que a fazenda deveria educar física, moral e religiosamente a população liberta, o Estado está pautando o papel que teria na construção, a partir das noções de civilidade da elite, da mão de obra necessária para o progresso da província e da nação, mas também sobre o progresso econômico da elite que não deveria ser rompido por conta da abolição.

Mesmo com disputas na política provincial, o Piauí se constituiu enquanto província com bases emancipacionistas. Mesmo tendo como carro chefe o Estabelecimento Agrícola São Pedro de Alcântara, o espírito emancipacionista se estendeu aos Fundos de Emancipação, as leis de emancipação e leis sobre o Elemento Servil na província, pautando assim o caráter gradual, lento e disciplinarizador que a elite e o Estado gostariam de dar à sua constituição.

O Estabelecimento Rural conseguiu condensar os desejos brancos de maior notoriedade no plano civilizador da nação, porque tal plano consegue pautar tanto os planos de civilidade que a nação desejava, como também consegue disciplinarizar o segmento negro da sociedade que tinha como impróprio ao trabalho livre, e assim impróprio para o Brasil. Ao invés de ir buscar na Europa o trabalhador perfeito, o Piauí e sua elite institucionalizam o branqueamento a partir do trabalho e das normas de controle social, direcionando o negro aos espaços desejados por essa elite, e reiterando o controle que gostariam de manter sobre a massa de trabalhadores não mais escravizados.

Aqui, podemos levar em consideração a proposta de análise de Clóvis Moura, observando a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, como também uma mudança institucional no lidar com o escravizado. O segmento negro liberto passa de bom

escravo para o mau cidadão, e assim a criminalização de sua atuação na cidade e no cotidiano.

Para Moura:

O mau cidadão negro, seria, desta forma, o radical, contestador, ou descontente, que se insere nas diversas organizações ou grupos que procuram dinamizar a realidade social a fim de integra-lo definitivamente no nível de cidadão, ou o que foi tirado, por um longo e inexorável processo de marginalização, ao alcoolismo, à prostituição, ao crime, a mendicância e outras formas de comportamento social assimétrico.⁵⁶

O negro que agora pode construir suas próprias dinâmicas sociais, ainda é refém das amarras que foram construídas no império para o imobilizar socialmente. Sua marginalização e comportamento social para a elite e o Estado, vão ser o desvio de norma antes estabelecido, e por isso condenável das mais diversas formas.

Mesmo com essa redoma de processos violentos para com a população negra, a historiografia recente foi capaz de nos mostrar que o segmento negro movimentava a estrutura social das formas mais plurais. Como nos mostra Domingues⁵⁷, os netos e descendentes de escravos fundaram diversos clubes, jornais e frentes que discutiam o racismo e o imobilismo cotidiano. A tese de Fraga⁵⁸ visibilizou como, mesmo com o Estado tentando estabelecer políticas de controle para com a população negra, a mesma se mobilizou com suas próprias perspectivas, migrando de estado, por exemplo, para encontrar outras condições de trabalho, ou até mesmo para encontrar outros caminhos para sua liberdade.

Referências Bibliográficas

A EPOCA: ORGÃO CONSERVADOR. **Transcrição: Discurso proferido pelo Sr. Dr. Antonio Coelho Rodrigues, lente da faculdade de direito de Recife, no congresso agricola reunido na mesma cidade em outubro desse anno.** ed. 41. Teresina. 1879. p. 2.

A EPOCA: ORGÃO CONSERVADOR. **A Epoca: Desmascaram-se por si mesmo!** ed. 131. Teresina. 1880. p. 3.

A IMPRENSA. **A imprensa: Aos eleitores Liberaes.** ed. 841. Teresina. 1884. p. 2.

A IMPRENSA. **A imprensa: O partido Conservador e o Elemento Servil.** ed. 841. Teresina. 1884. p. 3.

A IMPRENSA. **A Imprensa: Elemento Servil.** ed. 870. Teresina. 1885. p. 1.

⁵⁶ MOURA, Clóvis. O negro: De bom escravo a mau cidadão. São Paulo. Editora Dandara. 2021, p. 36.

⁵⁷ DOMINGUES, Petrônio. A nova abolição. Grupo Editorial Summus, 2008.

⁵⁸ FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280890>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

- A IMPRENSA. **A Imprensa: Camara dos srs deputados.** ed. 871. Teresina.1885. p. 3.
- A IMPRENSA. **A imprensa: Elemento Servil.** ed. 872. Teresina.1885. p. 3.
- A IMPRENSA. **A imprensa: Adminstraçãõ do exc. sr. dr. Theodorico.** ed. 874. Teresina. 1885. p. 1 - 2.
- A IMPRENSA. **Noticiário: Ultima Hora.** ed. 880. Teresina. 1885. p. 2.
- A IMPRENSA. **Publicações Geraes - Agricultura,** ed. 321, Teresina, 1871, p. 1-2.
- A OPINIÃO CONSERVADORA. **A Opinião Conservadora: A colônia de S. Pedro de Alcântara.** ed. 50. Teresina. 1875. p. 3 - 4.
- A OPINIÃO CONSERVADORA. **Noticiarios: Colonia Agricola.** ed. 28. Teresina. 1874. p. 4.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ARAÚJO, Charlene Veras de. **A formação do mercado de trabalho no Piauí: A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado - 1870 a 1930.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade federal do Piauí. 2016.
- ARAÚJO, Johny Santana. **O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no pós guerra do Paraguai (1865-1888).** Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. p. 57-77.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos. v. 8. n. 15. Rio de Janeiro. 1995. p. 145 - 151.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO, Célia. Maria Marinho. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: Da escravidão ao assalariamento.** tese (doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas. SP. 2003.
- BRASIL. **Decreto Imperial nº 5.392 de 10 de setembro de 1873.** Coleção de Leis Brasileiras Actos do Poder Executivo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1873.
- BRASIL. **Decreto Imperial nº 3.725-A, de 6 de Novembro de 1866.** Coleção de Leis Brasileiras Actos do Poder Executivo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1866.

BRASIL. **Decreto Lei nº 3371, de 07 de janeiro de 1865**. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865. Tomo XXVIII. parte II. Rio de Janeiro. Typografia Nacional. 1865.

BRASIL. **Decreto Lei Nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871**. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865. Tomo XXVIII. parte II. Rio de Janeiro. Typografia Nacional. 1871.

BRASIL. **Lei Nº 3.270 de 28 de setembro de 1885**. Coleção de Leis Brasileiras Actos do Poder Executivo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1888.

BRASIL. **Lei do Ventre Livre, Nº 2040 de 28.09.1871**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2018. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. **Novos estudos CEBRAP**. 2011.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da História. **ENCONTRO CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, v. 1, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Editora Companhia das Letras, 2011.

DA COSTA, Emília Viotti. A abolição. Unesp, 2008.

DA SILVA GONÇALVES, Aline Najara; DO NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Como pensar o elemento servil: o lugar dos libertos nas expectativas das elites após a emancipação. **Afro-Ásia**, n. 60, p. 81-104, 2019.

DE CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem e Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

DE NEGREIROS OLIVEIRA, Ana Stela; DE ASSIS, Nívia Paula Dias. **Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial—Século XVIII**. ANPUH. 2009.

DE SOUZA, Jalinson Rodrigues. **Ensino para os Libertos da Colônia Agrícola São Pedro de Alcântara (1871 - 1888)**. GT02 - História da Educação. 2018.

DE ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. O Poder e a Seca de (1877 - 1879) no Piauí. Academia Piauiense de Letras. 1991.

DE ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. **Cotidiano e Pobreza: A magia da sobrevivência em Teresina (1877 - 1914)**. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. Grupo Editorial Summus, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2 Ed. São Paulo. Editora Global. 2007.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280890>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio (org.). **Experiências da emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890 - 1980)**. Selo Negro. São Paulo. 2011.

GORENDER, Jacob. **Brasil em Preto & Branco**. São Paulo: Senac. 2000.

GRAHAM, R. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. **Diálogos**, v. 5, n. 1, p. 11 - 47, 17 jun. 2017.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil**. Paz e Terra. 2ª ed. 1994.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871)**. Passo fundo: ufp. Rio Grande do Sul. 2005.

LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII-séc. XIX)**. EDUFPI, 2016.

MONTEIRO, Andréia; PAJAÚ, Rita; BARROSO, Tátilla. AS LEIS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA MARANHENSE. **Revista Bibliomar**. v. 15. n. 1/2. 2017.

MONTEIRO, Gleison Costa. Casa de Prisão com Trabalho em Teresina-Piauí (1850-1880). **História Unisinos**. v. 25. n. 2. 2021.

MOURA, Clóvis. Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho. **NEGRO**, São Paulo. v. 2. n. 2. jun./1988.

MOURA, Clóvis. **O negro: De bom escravo a mau cidadão**. São Paulo. Editora Dandara. 2021.

MORAES, Denise. Comprando soldados: uma estratégia de recrutamento para a Guerra do Paraguai (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/comprando-soldados-guerra-do-paraguai/>. Publicado em: 31 Jul, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1978.

NUNES FILHO, Djalma José. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 – 1897)**. Fortaleza/ CE: UFC, 2005.

NUPEM. **Mensagem apresentada à câmara legislativa pelo EXM. Sr. Anísio Auto de Abreu governador do Estado no dia 1º de Junho de 1909**; 1909.

NUPEM. **Relatórios dos presidentes Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, seção: Estabelecimento Agrícola S Pedro de Alcantara**, 1884. p. 23.

OITENTA E NOVE (PI). **Notícias: Contenda**. Teresina. ed. 28. 1874. p. 4.

O PIAUHY. **Parte Oficial: Governo da Província - Dia 4**. Teresina. ed. 119. 1870. p. 1.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. **Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana**. 2017. 200 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense-entre a literatura e a política. *In VI Congresso Nacional de História da Mídia*. Niterói-RJ. 2008.

ROCHA, Ilana Peliciari. **"Escravos da Nação": o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876**. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-31082012-100444. Acesso em: 2021-09-06.

SOUSA, Jalison Rodrigues de. **ENSINO PARA OS LIBERTOS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA (1871 - 1888)**. XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd. João Pessoa. 2018.

SILVA, Mairton Celestino. **BURLAR AS NORMAS, ZOMBAR DA ORDEM: POLÍCIA, ESCRAVOS E SUBVERSÃO URBANA NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1870-1888**. Vol. 5. nº 3. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. julho/ agosto/ setembro de 2008.

SILVA, Mairton Celestino. **UMA MÃO PARA BATER, OUTRA PARA EDUCAR: O Colégio Agrícola de São Pedro de Alcântara e as discussões em torno da mão-de-obra escrava no Piauí**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Usos e abusos do fundo de emancipação de escravos na província da Bahia (1871-1888). *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 8, n. 1, p. 169-181, 2017.

SILVA, Rodrigo Caetano. Antônio Coelho Rodrigues: um abolicionista médico. **História, histórias**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 75–92, 2017. DOI: 10.26512/hh.v4i8.10946. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10946>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SILVA, Rodrigo Caetano. **A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca**. v. 8. n. 1. 2018. p. 22.

SILVA, Rodrigo Caetano. **ESCRAVO E O SENHOR NOS ÚLTIMOS ANOS DE ESCRAVIDÃO NO PIAUÍ**. Dissertação, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina, PI, 2018.

CAETANO, R.. UMA ECONOMIA EM OUTONO: TRABALHADORES ESCRAVOS LIGADOS AO LABOR. **Almanack**, n. 24, 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Editora Brasiliense. 2ª Ed. São Paulo. 1962.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. **FILHOS DO SOL DO EQUADOR: As vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Teresina, PI. 2012.

SCHWARCZ, L. K. M. Um debate com Richard Graham ou “com estado mas sem nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política”. **Diálogos**, v. 5, n. 1, p. 53 - 74, 17 jun. 2017.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.